

O necessário diálogo entre a economia política do desenvolvimento e a geografia econômica crítica em momento de crise estrutural do capitalismo

Carlos Brandão¹

Resumo

Este trabalho propõe um diálogo profícuo entre a economia política e a geografia crítica. Discute a crise atual e as oportunidades científicas e políticas trazidas pelo fim da predominância dos discursos neoliberais e pelo retorno da questão do desenvolvimento. Enfatiza o debate teórico sobre as escalas espaciais e suas hierarquias no contexto atual. O espaço e suas escalas são tomadas enquanto categorias fundamentais na abordagem da natureza e da dinâmica capitalistas. Esse complexo socioeconômico e socioespaciais são tomados como resultantes de uma pluralidade de processos e determinações. O artigo sistematiza o atual debate crítico sobre desenvolvimento, território, escalas e contextos institucionais. Propõe elementos para se construir estratégias territoriais de desenvolvimento que levem em consideração as especificidades brasileiras. Conclui com sugestões de uma agenda de pesquisas e intervenções.

Palavras-chave: crise ; território ; escalas espaciais; regulação

Abstract

This paper proposes a dialogue between political economy and critical geography. Focusing on the theoretical debate concerning the reconfiguration of scalar hierarchies, it advocates the end of the predominance and centrality attributed to the forces of the market and the return of the development issues. The space is taken as a fundamental category to comprehend the capitalist dynamics. This complex socio-economic and socio-spatial system is seen as a resultant of a variety of processes and determinations. The paper addresses to the contemporary debate on development, territory, spatial scales and new institutional frameworks. It highlights theoretical and methodological elements to support the building of territorial strategies, within the specific Brazilian historical and institutional context. The paper concludes with some suggestions concerning a research agenda.

Key words: crisis ; territory ; spatial scales ; regulation

Introdução

A abrangência, a profundidade e os prováveis desdobramentos da crise estrutural capitalista atual ainda não puderam ser vislumbrados adequadamente. No capitalismo, os momentos de crise sistêmica são momentos de queima e destruição desorganizada de

¹ Professor Titular do Instituto de Economia da UNICAMP. Pesquisador do Centro de Estudos de Desenvolvimento Econômico (CEDE) e do Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional (NESUR) do mesmo instituto. Bolsista do CNPq. E-mail: brandao@eco.unicamp.br.

riqueza não sancionada socialmente pelos mercados. Neste sentido são momentos disruptivos de trajetórias em aberto, imprevisíveis. Academicamente este é momento alvissareiro para as investigações científicas que busquem apreender como a conjuntura crítica é reveladora da natureza imanente do funcionamento do sistema capitalista e da avaliação da correlação de forças políticas postas em dada conjuntura histórica dinâmica.

Especificamente na temática da dimensão territorial do processo de desenvolvimento, nos últimos anos, modismos diversos geraram muitos desvios e deturpações para o devido tratamento rigoroso das “questões urbano-regionais”. Agora nos encontramos em momento promissor para reafirmar em nossas agendas de pesquisa a natureza das hierarquias, hegemonias, tensões e conflitos, que são reforçadas em todas as escalas espaciais, e as determinações mais gerais do movimento da acumulação de capital, cada dia mais explícitas, em sua manifestação territorial, e dimensionar a potência das coalizões contra-hegemônicas e forças contestatórias ao pensamento neoliberal e conservador.

A visualização do *novo* parecia querer negar as recorrências, não levando na devida conta as lógicas e os processos constitutivos e renitentes. Parecia apenas ter maior estatuto teórico a investigação científica que apontava os aspectos de novidade, do que as que chamam a atenção para a necessidade de realizar o devido balanço entre rupturas e persistências. Ocorreu demasiada adjetivação no debate, enquanto o substantivo, que é avançar no entendimento do funcionamento do sistema capitalista, suas manifestações espaciais e sociais concretas, suas alternativas, ficava em segundo plano. Muitos rótulos novos foram criados, alguns com tal força que se tornaram logo como que um clichê ou lugar-comum, uma chave lingüística dotada de grande poder discursivo, interditando o diálogo crítico e dificultando o dissenso, que agora pode ser repostado.

Em suma, a crise atual abre oportunidade de resgate das questões e determinações estruturais. É momento de investigar os novos instrumentos de acumulação e suas sempre renovadas formas de manifestação, por exemplo da dominância da lógica financeira em todos os âmbitos, porém retendo que trata-se da exacerbação de tendências inerentes ao capitalismo, sendo necessário o exercício de distinguir adequadamente entre as determinações estruturais e seus mecanismos de explicitação.

Considero que há uma importante literatura crítica que veio se desenvolvendo nas últimas décadas e que ficou enublada durante o período neoliberal. Essa produção científica tem procurado construir as mediações (históricas e teóricas) devidas entre a

lógica da acumulação de capital, dos conflitos, coalizões e alianças de facções de classe em pauta, de um lado, e a construção social do espaço e do território, de outro.

Esta literatura entende a complexidade do desafio, pois entre as transformações sistêmicas do desenvolvimento do(s) capitalismo(s) e suas repercussões na produção do(s) território(s) (manifestando-se em diferentes escalas), não pode haver determinações lineares e fáceis, reclamando-se estabelecer inúmeras mediações complicadas e delicadas entre estas duas dinâmicas.

Para esclarecer o plano analítico em que considero se situam as questões aqui discutidas, pretendo lembrar as dificuldades teóricas da apreensão deste complexo processo; questões que deveriam estar presentes na necessária reconstrução teórica, analítica e política das “questões territoriais”, destacando-se a questão da assunção do conflito nas decisões estratégicas e a importância das escalas espaciais neste contexto.

Apenas para efeito de exposição e de demonstrar sucintamente a trajetória da argumentação que será seguida nesta breve ensaio, defende-se aqui: a necessidade de assumir que não existe um modelo canônico a ser seguido no processo de desenvolvimento, mas uma pluralidade de vias e trajetórias históricas possíveis; a importância de entender o funcionamento da “máquina capitalista” em suas expressões espaciais; o desafio de pensar o Tempo-Espaço do processo de desenvolvimento; a urgência em tratar dinamicamente o papel das escalas espaciais (locais, regionais, nacionais, mundiais etc) nesses processos estruturais. Por fim, defende-se que tudo isso deve conduzir a uma melhor teorização sobre Decisões, pensando a dinâmica de atores, redes, agentes e sujeitos concretos, classes sociais e suas frações; as hierarquias de poder de comando, as ações e cadeias de reações das decisões tomadas (por variados agentes e sujeitos sociais que operam em variadas escalas espaciais).

Transformações capitalistas recentes, a Crise e as oportunidades analíticas e políticas postas neste momento

A literatura internacional hegemônica vinha pregando um sentido inexorável de unificação e convergência do sistema capitalista, rumo a uma espécie de meta-tipo de experiência capitalista “monocultural” anglo-americano, que deveria pautar os ajustes dos que seguiam equivocadamente outras vias. Defendia a existência de uma tendência inexorável de convergência para algum “modelo ótimo” de capitalismo, negando a realidade que

confirma cotidianamente a diversidade de estruturas institucionais, a pluralidade, a heterogeneidade e a divergência de formas e modos de organização sistêmica.

A contrário da visão conservadora, que propugna um rumo pré-estabelecido a uma composição uniforme de capitalismo, com estruturas semelhantes, a realidade demonstra que há heteromorfia nas experiências históricas. O sistema capitalista é por natureza polimórfico, segue diferentes trajetórias e vias e há constante polarização em suas estruturas e pugna reiterada de “estilos de desenvolvimentos” em aberto distintos. Há competição permanente de Estados-Territoriais e Experiências Diferenciadas de Desenvolvimento, daí a necessidade do estudo de suas particularidades e do seu modo diverso de organização em cada contexto histórico, institucional, geográfico etc.

A crise estrutural que se afirma neste instante, coloca mais do que nunca a premência em se resgatar as contribuições teóricas dos grandes intérpretes do capitalismo. É hora de distinguir e estar treinado a lidar e operar com distintos níveis de abstração, estabelecendo a hierarquia de determinações fundamentais para se inquirir sobre a estrutura e a dinâmica do capitalismo nesta quadra crítica particular. Procurar entender as questões “mais estruturais” e do macroambiente em que os mecanismos do modo capitalista de (re)produção se processam. O movimento (“cego”) do “capital em geral” em busca do mais-valor e a coerção do processo concorrencial, de enfrentamento da “pluralidade dos capitais” e suas diversas frações (capital mercantil, bancário, industrial etc) e suas manifestações espaciais. Investigar a natureza especulativa monetária do capitalismo, marcado pela incerteza radical e pela instabilidade sistêmica inerente, em que o rentismo e a dominância financeira prevalecem. Elucidar como o Estado é constitutivo deste regime privado de economia empresarial, aquilatando o poder de decisão da Grande Empresa oligopólica, elementos fundamentais para uma teoria das decisões cruciais de aplicação de capital e da diferenciação de classes e suas hierarquias.

Esta agenda teórica para ser consistente deve interpelar recorrentemente a realidade histórica, a fim de elucidar as questões estruturais e permanentes *vis-à-vis* as conjunturais do sistema capitalista: sua lógica intrínseca; a reprodução social, que se processa pela luta permanente das facções de classes sociais e seus interesses distintos; a função central do processo de concorrência inter-empresarial e inter-estatal; a intersetorialidade permanente de seu aparelho produtivo; a natureza constitutiva do Estado e das contendidas inter-territoriais no plano mundial; a dominância congênita das órbitas monetárias e financeiras; o papel estratégico da Grande Empresa; a função da propriedade fundiária e imobiliária etc.

Essas são as mediações teóricas e históricas principais a serem construídas para o entendimento de quaisquer das questões estruturais de nossa realidade, incluindo as articulações entre espaço e sociedade.

O marxismo pode prover elementos fundamentais para a análise da lógica sistêmica do capitalismo. É preciso entender a natureza intrínseca e o movimento concreto do capital, enquanto relação social, e seu triplo² e simultâneo caráter: antagônico, progressivo e contraditório. Acredito que grande parte dos erros teóricos e analíticos dos autores mais ortodoxos do marxismo jaz neste ponto. Incorreram no exagero de olhar apenas e isoladamente num desses três aspectos e dimensões, negligenciando os outros, não os tomando na sua devida simultaneidade, contradição e articulação dialéticas.

Sobre o complexo tema da reprodução social, não considero anacrônico apontar a constante pugna das facções de classes sociais e a consolidação de hegemonias e lutas contra-hegemônicas. Não dá para discutir capitalismo, sem analisar as múltiplas frações de capital (mercantil, agrário, industrial, bancário etc). Não dá para não levar em conta que vivemos em um contexto histórico comandado macro e microeconomicamente pela hegemonia política de formas mercantis-patrimonialistas e financeirizadas-rentistas etc. A crise atual é a prova mais concreta deste estado de coisas.

Torna-se necessário assumir a conflitualidade inerente e a contenda perene de interesses múltiplos e seus variados *loci* de possibilidade de concertação, ou não, de projetos em disputa e das coalizões e arco de alianças que vão se armando em cada conjuntura histórica e territorial.

Considero que o intrincado processo de concorrência, competição e rivalidades intercapitalistas deve estar no centro do entendimento do funcionamento do sistema capitalista. A leitura das três melhores sínteses marxistas realizadas por ROSDOLSKY

² “1) **Antagônico**: o capital se funda na apropriação de tempo de trabalho, se contrapõe de modo hostil ao trabalhador e o reproduz reiteradamente como trabalhador assalariado; 2) **Progressivo**: seu objetivo a valorização máxima, implica no desenvolvimento máximo das forças produtivas e, portanto, na acumulação máxima: a produção pela produção, e a contínua elevação da produtividade social do trabalho são condição e resultado constantes que a concorrência impõe aos capitalistas. Este processo traz em si mesmo a sistemática adequação da estrutura técnica – através de revoluções sucessivas– às necessidades do capital, redundando no aprofundamento [e sofisticação reiterada] da divisão social do trabalho, na crescente diferenciação da estrutura produtiva, na ampliação dos mercados, no crescimento das escalas de produção (concentração do capital) e na concentração e internacionalização do capital; 3) **Contraditório**, porque o movimento expansivo tropeça com barreiras internas ao próprio capital. Este, em sua progressividade, torna cada vez mais redundante o trabalho vivo e ultrapassa, de modo recorrente, suas possibilidades de realização como valor-capital. Isso significa que a aceleração da acumulação leva à crise, e esta, uma vez deflagrada, recria as condições para a retomada da acumulação, com o que a dinâmica do capital se explicita na sequência expansão-barreira-expansão...” (BRAGA e MAZZUCHELLI, 1981, p. 57).

(1978), RUBIN (1980) e HARVEY (1982), para tentar averiguar o momento claro de hipercoerção concorrencial que o mundo vive hoje, que submete ao constante enfrentamento os diversos capitais, que são pressionados à utilização de todas as armas competitivas, muitas vezes as não muito lícitas ou as consideradas ultrapassadas (que poderiam ser vistas como acumulação primitiva).

Outro ponto importante é entender que o sistema tem uma intersetorialidade marcante. Apresenta ramificações, porém que se encontram em permanentes interações dinâmicas. Neste contexto, os conceitos de aparelho produtivo e sistema social da produção são importantes para entender as coerências e complementaridades produtivas que permitem fugir das visões setorializadas de que o mundo caminha para etapas *pós* ou *neo*. Por exemplo “serviços” não deve ser tratado como setor, mas como cola e elo constitutivo do “sistema de forças produtivas”, locus específico de reprodução do capital social em seus diversos ciclos, tomado em seu conjunto.

A agenda investigativa deve estar atenta à questão de que a escala nacional continua decisiva e que as disputas por hegemonia inter-estatais e inter-territoriais e as hierarquias de Estado, moedas e armas ainda moldam o mundo (FIORI, 2007); que este é dominado pelos grandes interesses do poder financeiro e pela força de estruturas empresariais enormes; e que a propriedade fundiária e imobiliária, cada vez mais financeirizada, continuam a ter papel central no funcionamento do sistema capitalista.

As leituras do movimento da acumulação de capital como uma revolução em processo, que revolucionariza endógena e constantemente suas bases, que homogeneíza e hierarquiza relações e heterogeneíza estruturas e mercadeja tudo, mas, ao mesmo tempo, dispõe de renovados instrumentos (inovacionais, financeiros etc) para crescentemente se auto-transformar e auto-expandir, se tornando mais sensível às diferenciações e heterogeneidades que lhe possa trazer vantagens distintivas extraordinárias são princípios teóricos fundamentais para se fugir, seja das concepções de estruturas carentes de sujeitos, seja das análises de de sujeitos apartados de estruturas, desafio permanente das ciências sociais.

Existe hoje vasta e detalhada literatura sobre as mudanças de grande alcance ocorridas no sistema capitalista no período mais recente, sobretudo nas três últimas décadas e suas decorrentes transformações territoriais. O aperfeiçoamento metodológico no tratamento do desenvolvimento geográfico desigual e das diversas “questões territoriais” se aprofundou, segundo o prisma dos variadas olhares disciplinares que tomam o espaço

como objeto. O patrimônio de conhecimento das temáticas do território é grande e sua difusão crescente. O projeto interdisciplinar é seu grande desafio e encontra limites. De um lado, a fidelidade e as inércias disciplinares criam resistências e obstaculizam as tentativas de fortalecimento de maior interdisciplinaridade. De outro, como estamos procurando defender neste ensaio, muitas vezes não se respeitam ou se toma na devida conta as contribuições das respectivas disciplinas. Considero que muitos desenvolvimentos analíticos da economia política e da geografia crítica precisam estar presentes na construção deste projeto desafiador.

Nos últimos dez anos se estabeleceu um debate profícuo neste âmbito, com a grande contribuição de autores como David Harvey, Doreen Massey, Neil Smith, Erik Swyngedouw, Alain Lipietz, Bob Jessop, Neil Brenner, Edward Soja, dentre muitos outros, que elaboraram e polemizam acerca do papel complexo da dimensão espacial do capitalismo contemporâneo³.

Grande parte destes autores tem em seus textos uma ordem de exposição que seguiremos, *grosso modo*, aqui, discutindo as consequências da globalização e da recente onda neoliberal e os desafios da elaboração teórica e política sobre território e escalas espaciais.

Essa literatura crítica procurou demonstrar como uma plural conjugação de determinantes, tanto de natureza conjuntural quanto estrutural, confluiu para que se processassem alterações profundas na ordem mundial. Não caberia aqui discutir as diversas dimensões desse processo: regime mundial de valorização financeirizado, reorientação produtiva e organizacional, revolucionarização tecnológica, redefinição do papel do Estado, precarização das relações de trabalho, realocação econômica, marginalização social, regional etc. (HARVEY, 2001; BENKO ET LIPIETZ, 2000; SWYNGEDOUW, 2004 E 2007; AMIN, 2002 E 2004; PECK and THEODORE, 2007, dentre outros).

Torna-se necessário apenas lembrar que algumas determinações internacionais impuseram, a partir de meados dos anos 1970, a retomada do autocentrismo imperial e da hegemonia americana, o reforço do monopólio do poder de pagar, de matar e de falar/calar, e, de forma geral, pesado ônus sobre a economia e sociedade mundiais, quebrando a

³ Tais debates, instigantes, polêmicos e constantes, foram travados sobretudo nas revistas *Progress in Human Geography*, *Transactions of the Institute of British Geographers* e em outros periódicos internacionais na área da Geografia e do Planejamento Regional e Urbano (*Antipode*, *Economic Geography*, *Environment and Planning*, *European Urban and Regional Studies*, *Geoforum*, *International Journal of Urban and Regional Research*, *Regional Studies*, *Urban Studies* etc).

trajetória anterior de crescimento e impingiram profundas transformações sociais, econômicas e políticas ao mundo. (Fiori, 2007), (Peck, 2008).

Não obstante, entre as transformações sistêmicas no capitalismo e suas repercussões no território, não há determinações lineares e fáceis, reclamando-se estabelecer inúmeras mediações teóricas e históricas delicadas entre estas duas dinâmicas.

Neste sentido, o desafio é empreender a interpretação sob a ótica da pluralidade das frações de classes sociais em construção de um compromisso conflituoso produzido e pactuado em um território vivo, procurando elucidar os processos através dos quais os sujeitos sociais em luta produzem socialmente o espaço e o ambiente construído (LEFEBVRE, 1974; HARVEY, 1982).

A divisão social do trabalho (MASSEY, 1984) deve ser a categoria explicativa básica da investigação da dimensão espacial do desenvolvimento, posto que permeia todos os seus processos, em todas as escalas. Expressão do estágio atingido pelo desenvolvimento das forças produtivas, essa categoria mediadora é a adequada para se estudar as heterogeneidades, hierarquias e especializações *intra* e *inter* qualquer escala (regional, nacional, internacional). Capaz de revelar as mediações e as formas concretas em que se processam e manifestam a reprodução social no espaço, expressa a constituição sócioprodutiva interna e suas possibilidades (e a efetividade) de inserção no contexto maior, isto é sua posição em uma relação hierárquica superior.

As mudanças que estão se operando nas temporalidades e espacialidades da riqueza capitalista e na dinâmica societária em escala mundial apresentam uma série de desafios para a análise da expressão espacial das densas e rápidas alterações socioeconômicas e políticas em curso. Impõem-se o tratamento analítico rigoroso das relações dialéticas entre as complexas relações entre fluidez/mobilidade do capital e sua crescente faculdade de captar e reagir às diferenciações territoriais.

Território, escalas e desenvolvimento são construtos sociais conflituosos – são produções humanas coletivas, dinâmicas, multidimensionais, contando com variados agentes e trajetórias históricas em disputa, em movimento processual e em aberto. Está-se diante de um campo complexo de determinações: paradoxos, tendências e contrarrestação de tendências, um jogo de negações e reafirmações que envolve a enorme contradição dialética entre fixidez-fluidez do movimento concreto do capital e o uso que este faz do território em suas múltiplas e variadas escalas espaciais.

Há um potente e perene tensionamento de forças, lógicas, mecanismos etc entre a volatilidade hipermobilidade e fluidez; entre a flexibilidade dos movimentos do capital *vis-à-vis* a sua ancoragem em dado sítio (apegando-se, conjunturalmente, a um ambiente previamente construído); entre os processos de mobilidades e de re-territorializações.

Analisando a lógica da acumulação, podemos entender como o capital, por sua natureza tríplice, conforme afirmamos anteriormente, de ente antagônico/progressivo/contraditório se movimenta geograficamente, de modo simultâneo: 1) enquanto ser cego, auto-referido, em busca de autovalorização, baseado em uma miríade de decisões autônomas e anárquicas, orientado pela máxima multiplicação de valor e retorno de suas aplicações e 2) enquanto ser perceptivo com aguda e refinada hipersensibilidade discriminadora, contagiado por dispositivos distinguidores de diferenciações espaciais de natureza material, simbólico, institucionais, culturais, etc. Ou seja, ao mesmo tempo é um indistinguidor/imediato/abstrato e um distinguidor/mediato/concreto.

O capital busca se tornar sujeito de todos os processos e transformar tudo em seu mero predicado, incluindo o território. Procura consolidar a atopia/distopia, a acronia e a aespacialidade. Contudo, tal desígnio não se dá sem tensões, ações recalcitrantes e contramovimentos que procuram erguer projetos utópicos, reforçar historicidades e lutar pela construção coletiva de direitos aos territórios.

Os territórios tornam-se também espaço da indeterminação, da contingência (REIS, 2005) e *locus* de lutas políticas e de estratégias de *re-scaling* (SMITH, 1984; SWYNGEDOUW, 1997) de sujeitos políticos insurgentes. Vários autores ressaltam as formas através das quais as lutas sociais renovadas ganharam o território, avançando no sentido de se contraporem “ao espaço alheado, racionalizado e abstraído, opondo representações espaciais que favoreçam a disputa de significados e sentidos da experiência social” (RIBEIRO, 2002, p. 49). Engendram-se “espaços da esperança” (HARVEY, 2000). É patente o crescimento dos contramovimentos de resistência, protestos, combates emancipatórios etc (SANTOS, 2002) e da busca do “espaço-para-si” LIPIETZ (1993).

Como contradição em processo e em movimento, o capital é, em sua essência, descomprometido com circunscrições (espaciais, por exemplo) específicas, sendo orientado apenas pela valorização máxima. Paradoxalmente, ao mesmo tempo, é apegado a singulares meios contextuais, sendo assim circunstanciado. As relações capitalistas organizam a valorização à escala mundial e simultaneamente se estabelecem e posicionam

em um dado lugar. O capital desconstrói barreiras e constrangimentos e erige outras (SWYNGEDOUW, 2004) continuamente.

A natureza desigual da acumulação engendra contraditoriamente um espaço, ao mesmo tempo, uno (de busca de movimento uniformizador, de universalização da mercadoria) e múltiplo (desigual, heterogêneo e gerador de assimetrias). “O capital não somente produz o espaço em geral, mas também produz as reais escalas espaciais que dão ao desenvolvimento desigual a sua coerência” (SMITH, 1988, p. 19).

Neste contexto, a literatura recente sobre escalas espaciais desenvolvida pelos geógrafos críticos, que procurarei sistematizar em seguida, cumpre papel fundamental para decifrar o papel das hierarquias (e das coerências construídas espacialmente) que estruturam os processos sociais em seus vários níveis, instâncias e territórios. Assim, é equivocada a crítica de MARSTEN *et al.* (2005), que propõe (em sua “*flat ontology*”) o fim do debate que privilegia as escalas, por essas estarem baseadas em relações hierarquizadas, unidirecionais e verticais, negligenciando as articulações horizontais. Entendo que a pesquisa sobre a dimensão territorial do desenvolvimento não pode negligenciar as questões centrais do poder, das hierarquias e das hegemonias. Considero que foi justamente o que aconteceu no debate, com a afirmação dos consensos “teóricos” e analíticos divulgados pela onda neoliberal que varreu o mundo nas últimas décadas.

Diversas circunstâncias políticas consolidaram as opções neoliberais (HARVEY, 2005), (SMITH, 2005) e (PECK, 2008), que acabaram por reforçar, os discursos de urgência e profundidade da crise e o imperativo da descentralização, da governança territorial, a interpretação localista da realidade, “sugerindo”, através das agências multilaterais, modelos de comportamento e “recomendações” de estratégias e ações “públicas” para o desenvolvimento.

Infelizmente, em parte ponderável da literatura contemporânea, o território, que deveria ser visto como ambiente politizado, em conflito e em construção, é posto como reificado, ente mercadejado e passivo, mero receptáculo, onde se inscrevem os deslocamentos/ movimentos. O que é fruto de relações sociais aparece como relação entre objetos. Há uma coisificação e o território parece ter poder de decisão e é transformado em sujeito coletivo. Por exemplo, por vezes, a capacidade endógena da localidade comunitária é colocada em primeiro plano, destacando seu alto poder de comando.

Em contraposição a esta interpretação hoje hegemônica, a concepção teórica e metodológica a ser aqui adotada é a da produção social do espaço, dos conflitos que se estruturam e dos antagonismos que são tramados em torno deste quadro e ambiente construído. No território se debatem (podendo ser compatibilizados ou não) projetos e trajetórias em reiteradas contendas.

O território é unidade privilegiada de reprodução social, denominador comum, desembocadura, encarnação de processos diversos e manifestação de conflitualidades. A abordagem do território deve se afastar dos tratamentos que pensaram estruturas sem decisões de sujeitos ou atores sem contexto estrutural. Territórios são construções (sociais, discursivas e materiais), portanto sua análise deve se basear na interação entre decisões e estruturas, nas articulações entre microprocessos, microiniciativas *versus* macrodecisões nas várias escalas em que se estruturam e se enfrentam os interesses em disputa.

Em suma, entendo que o debate sobre a dimensão territorial do desenvolvimento capitalista deve ser posicionado neste movimento (dentre outros) de contradições enunciado acima.

Grande parte dessas mediações devem ser tecidas tomando o objeto *escala espacial*, enquanto construção social e prisma analítico.

O Poder Analítico e Político das Escalas e a Questão Central das Decisões

No campo crítico das ciências sociais um conjunto enorme de trabalhos de pesquisa colocou a questão da escala no centro das reflexões sobre a dimensão espacial do desenvolvimento capitalista (SMITH, 1984; SWYNGEDOUW, 1997; BRENNER, 1991, 2000; MARSTON, 2000 e 2005; dentre outros). O foco desse debate é a investigação da natureza das escalas espaciais no capitalismo.

Em uma polêmica acalorada, lançou-se mão das mais diversas concepções teóricas, recursos metodológicos e instrumentos analíticos, demonstrando o caráter controverso, mas antes de tudo, as enormes dificuldades da correta apreensão deste processo. Por exemplo, cabe destacar as várias e inusitadas metáforas que foram propostas neste debate, tentando caracterizar as escalas (como relacional, à semelhança das notas musicais; multicamadas articuladas, como nas bonecas russas; variados níveis, como nas escadas; construção constante e modulável, como nos andaimes; etc).

Talvez a única unanimidade no campo crítico do embate teórico, seja a tomada da escala enquanto uma construção social conflitiva. Sallie Marston (2000, p. 220) esclarece

que “in these recent social theoretical studies, the fundamental point being made is that scale is not necessarily a preordained hierarchical framework for ordering the world – local, regional, national and global. It is instead a contingent outcome of the tensions that exist between structural forces and the practices of human agents”.

A abordagem escalar provê robustos elementos para se analisar a ação de sujeitos sociopolíticos, porém não apenas enquanto suporte de dada estrutura. As estruturas e os sujeitos são processos histórica e geograficamente determinados e mediados. É preciso avançar na análise das interações de decisão que traduzem (com complexas mediações), mas também metamorfoseiam/renovam as estruturas.

Erik Swyngedouw (2007, p. 11), ao defender uma interpretação relacional e territorial de escala, nos diz que “I start from the view that scale is not ontologically given, but socioenvironmentally mobilized through socio-spatial power struggles. In other words, socio-spatial relations have a ‘scalar’ constitution as relational *networks* are forged that produce spatial geometries that are more or less long, more or less extensive. Yet, at the same time, these relational scalar networks articulate with produced *territorial* or geographical configurations that also exhibit scalar dimensions”. A concepção de escala “that can have both rhetorical *and* material consequences – are often contradictory and contested and are not necessarily enduring”, por ser fruto de processos que moldam a prática social concreta.

Parece ser conveniente, a fim de melhor resenhar as principais nuances deste debate, estabelecer, apenas previamente, uma distinção, antes de tudo analítica (proposta em MOORE, 2008), entre: escala, como categoria e unidade de análise, recurso epistemológico e heurístico; e escala, enquanto categoria da prática, campo e instrumento das lutas sociais.

Tal divisão binária, embora marcada por grande arbitrariedade, posto que o desafio da maioria dos autores é justamente tratar da simultaneidade e articulação complexa entre as duas, pode, não obstante, nos auxiliar em uma primeira aproximação dos termos deste debate.

Como “categoria e unidade de análise”, muito se avançou na investigação teórica e empírica da escala enquanto encarnação concreta de relações sociais, histórica e geograficamente determinadas. Logrou-se afastar das concepções restritas e estáticas que a tomavam como um dado e avançou-se ao tomá-la sob o prisma de sua natureza

eminentemente relacional e processual, passando a ser interpretada como *lócus* e veículo *in situ* através dos quais as relações socioespaciais se estruturam e operam.

Como “categoria da prática”, a construção escalar é um processo eminentemente político, estabelecendo a diferenciação de determinado ângulo de luta social pelo controle do espaço. Como modo particular de organizar e dispor de seus recursos políticos (incluindo a utilização de recursos simbólicos e discursivos) a “política de escala” se manifesta na constituição de arenas e instâncias em que se buscam estabelecer alianças, confrontos etc, possibilitando lançar mão de instrumentos, dispositivos e recursos diversos, segundo este prisma.

A escala demarca o campo das lutas sociais, dá concretude a bandeiras e ações políticas, delimita e cria a ancoragem identitária, a partir da qual se logra erguer/estruturar um contencioso em relação a imposições (por vezes ameaçadoras) provenientes de outras escalas, ou da mesma.

Construído coletiva e politicamente, esse *lócus* de embates e enfrentamentos não pode ser definido em si, mas apenas em relação com o outro. Assim, a escala delimita, desenha e recorta, em processo constante de confrontos e por interação/oposição, compromissos sociopolíticos em movimento conflituoso e contingente. Esses movimentos se expressam recorrentemente enquanto relações e mecanismos de *empowering-disempowering* (assim como em *upscaling-downscaling processes*) (SWYNGEDOUW, 2004) que são utilizados pelos contendores.

Há processos de reescalonamento, por exemplo do Estado, do capital e do trabalho, jogos de *jumping scale*, em constante pugna de escalas. Neste sentido, Neil Smith (2002) afirmou “a escala de luta e a luta sobre a escala são dois lados da mesma moeda”. Em suma, a escala reflete, expressa e concretiza espacialmente as respostas e contraposições dos sujeitos sociais aos desafios e conflitos postos concreta e conjunturalmente em cada momento e circunstância histórica e geográfica.

No jogo político, os movimentos insurgentes e de resistência podem lograr habilitação, ao erigirem suas próprias interpretações escalares, superando constrangimentos e acionando e mobilizando seus próprios recursos discursivos ou institucionais contestatórios.

Estes tensionamentos na correlação de forças sociais e escalares, podem criar coalizões (inclusive em outras escalas) e constituírem bloco histórico com alguma

organicidade (ou tratar-se-ia mesmo de um bloco “geográfico”?). Táticas e estratégias espaciais “have attempted to manipulate scale in order to strengthen their bargaining positions” (MOORE, 2008).

Segundo Neil Smith (2002, p.141), “com um conceito de escala como produzida, é possível evitar por uma parte o relativismo que trata a diferenciação espacial como um mosaico, e por outra evitar a reificação e a acrítica divisão de escalas que reitera um fetichismo do espaço”.

Em suma, a escala espacial, socialmente produzida, deve ser vista como um recorte para a apreensão das determinações e condicionantes dos fenômenos sociais referidos no território. Ao mesmo tempo tomada como um prisma que permite desvendar processos sociais, econômicos e territoriais singulares. Mas escala também é arena política. Escala enquanto categoria analítica e escala enquanto categoria da *praxis* política não estão apartadas. Selecionar analiticamente a escala mais conveniente dos problemas observados facilita melhor diagnosticá-los e possibilita sugerir coalizões de poder e decisões estratégicas sobre como enfrentá-los. O desafio (simultaneamente) científico e político é, portanto, procurar definir *o que e com que meios* cada escala pode revelar, mobilizar, contestar, acionar, regular, comandar e controlar.

A interpretação privilegiada de determinado plano escalar pode revelar a natureza dos processos socioespaciais de forma mais adequada. Um nível escalar possibilita apreender dimensões do real concreto, que de outra perspectiva não seriam assimilados.

Como nível de observação, a abordagem escalar é decisiva para distinguir alguns fenômenos presentes no território, apreendendo algumas referências e nexos que este corte analítico possibilita, podendo ser dessa forma lidos pelos sujeitos sociopolíticos. A escala deve ser vista como uma delimitação de natureza sociopolítica que permite ações contestatórias. Assim, é imprescindível construir estratégias dinâmicas e multiescalares. Encontrar a escala adequada que defina determinado campo em que análises possam ser realizadas, onde alianças possam ser construídas, e estratégias de resolução dos problemas detectados possam ser implementadas. Buscar a escala de observação adequada para a tomada na devida conta dos fenômenos sobre os quais se deseja intervir. Encontrar a escala de referência para a análise, a decisão e a ação (SHEPPARD and MCMASTER, 2004).

Neste sentido a discussão das escalas espaciais em que estes processos se concretizam é decisivo para os objetivos da reflexão crítica aqui defendida.

A discussão da escala espacial destes processos é tarefa obrigatória para a apreensão das determinações “territorializadas” dos fenômenos sociais. Importa demonstrar como o prisma analítico de corte escalar é *locus* privilegiado para relatar a estrutura e a dinâmica do desenvolvimento capitalista no território. É espaço de elucidação de mediações, tendo potencial para auxiliar na hierarquização correta de determinações estruturais e conjunturais do ambiente construído.

Mas, também as escalas “devem ser trazidas para o terreno social, incerto e móvel, daquilo que está em disputa. Nem as estruturas e lógicas econômicas nem as heranças históricas em si determinam e instauram escalas (...) diferentes agentes propõem diferentes escalas e em diferentes escalas se dispõem” (VAINER, 2006, p.17).

As análises mais avançadas na área vêm trabalhando na perspectiva das variadas escalas espaciais em processo (HEROD and WRIGHT, 2002).

Definir adequadamente as escalas espaciais em que se processam territorialmente as determinações da divisão social do trabalho é dar cognoscibilidade aos fenômenos sociais. Delimitar esse campo de averiguação das determinações dos “fatos territoriais” pode ser melhor determinado pelo plano escalar que se elabore para realizar as aproximações progressivas da realidade. Como foi dito, o prisma escalar de observação do real-concreto pode iluminar e atribuir valor a aspectos e fenômenos da realidade que de outra forma não seriam visualizadas e apreendidos.

Acredito que um grande esforço de reflexão deveria ser encaminhado no sentido de averiguar a natureza e o sentido das escalas no sistema capitalista de produção e reprodução, que opera complexamente em múltiplas escalas espaciais.

O ambiente acadêmico nacional e internacional atual é propício, pois a intensificação do debate sobre Desenvolvimento e Território recolocou imensos desafios analíticos, teóricos e políticos para o entendimento dos fenômenos e das estratégias de ação públicas e privadas. A questão da escala espacial de análise e intervenção ganha extraordinário destaque neste contexto.

Muito além das poucas escalas tomadas no início do debate – quando Peter Taylor (1982), em artigo seminal, lançou sua proposta de análise da “estrutura materialista” de três reinos: a escala urbana (da experiência); a escala do Estado-nação (da ideologia) e a escala da Economia-mundo (da realidade) – o que se tem agora são estudos que afirmam a ampla variedade de escalas possíveis de identificação.

Como nível analítico decisivo para o entendimento da dimensão espacial do processo de desenvolvimento capitalista, a escala se afigura enquanto um nível de observação em que determinações podem ser apreendidas e mediações sociais e geográficas podem ser reveladas. Deve subsidiar as análises e lograr ações e estratégias de desenvolvimento mais consistentes por parte do Estado. Neste sentido, talvez o mais importante exemplo é a escala supra-nacional que a Europa está construindo. Este continente é o principal palco de observação do “jogo das escalas” da economia global, avalio, ao reconstruir e respeitar os diversos planos escalares (local, regional, nacional etc) e, simultaneamente, construir, de forma original, a escala supranacional. Este experimento é dos mais avançados teórica e politicamente, procurando constituir critérios e mecanismos para operar adequadamente, de modo pluriescalar, suas ações estratégicas. Procurando a construção de renovados patamares de Coesão econômica, social e territorial, segundo os requisitos de complementaridades, coerência, conformidade, intervenção subsidiária e proporcional, empreende a gestão compartilhada nas intervenções específicas realizadas nas várias escalas. A Europa, respeitando a escala local, ao mesmo tempo, tem superado as visões mono-escalares e excessivamente localista e avançado na valorização de todas as escalas, além de construir a escala supranacional. Assume a construção conflituosa e complexa da escala continental, enquanto revalorização escalas locais e regionais. Um conjunto de políticas realiza o *upscaling* e o *downscaling*, buscando realizar de forma democrática a transferência de atribuições, ora para os âmbitos supranacionais, ora para os âmbitos subnacionais, dentro de uma perspectiva de que a construção de espaços públicos para a construção quotidiana de pactações federativas é o principal desafio da política comunitária.

Este é um exemplo concreto de que escalas não são entidades fixas, não são meras representações cartográficas ou estáticas relações de proporcionalidade. Escalas são inerentemente dinâmicas. É necessário partir de uma abordagem territorial que leve em consideração as escalas espaciais em seu movimento de transformação. David Harvey (2000, p. 112) nos diz que “ainda que as variações geográficas reflitam e incorporem legados materiais, históricos, culturais e políticos do passado, é um erro crasso supor que elas sejam mesmo relativamente estáticas, para não falar de imutáveis. O mosaico geográfico sempre esteve em movimento em toda e qualquer escala”.

Milton Santos (1996) defende a “necessidade de operar distinção entre a escala da realização das ações e a escala de seu comando”, já que o espaço é um híbrido, ou seja, é produzido por uma conjunção singular de processos materiais e culturais.

O prisma analítico com tal recorte é *locus* privilegiado para relatar a estrutura e a dinâmica do desenvolvimento capitalista no território. É espaço de elucidação de mediações, tendo potencial para auxiliar na hierarquização de determinações do ambiente construído. A escala potencializa um plano analítico de observação privilegiado, passível de revelar as articulações e mediações entre os cortes local, regional, nacional etc. Erik Swyngedouw afirma que “As escalas espaciais nunca são fixas, sendo perpetuamente redefinidas, contestadas e reestruturadas em termos de seu alcance, de seu conteúdo, de sua importância relativa e de suas inter-relações. Há contestação e transformação perpétuas de escalas geográficas de regulação. Está claro que haverá variações consideráveis das posições relativas de poder social a depender de quem controla o que em que escala” (SWYNGEDOUW, 1997, p. 141).

Os desafios analíticos e de ação política de natureza territorial/escalar são enormes, pois as escalas hierárquicas em que as atividades humanas são estruturadas mudam constantemente, não obstante, permanece a sensação que “as escalas são imutáveis ou mesmo totalmente naturais, em vez de produtos sistêmicos de mudanças tecnológicas, formas de organização dos seres humanos e das lutas políticas” (HARVEY, 2000, p. 108).

Considerações Finais e a Necessidade de Dimensionar os Poderes em Jogo

É bom lembrar que todas as escalas são historicamente fixadas e politicamente criadas e legitimadas, ao resguardar, amparar e abrigar agentes “territorializados”/localizados que são submetidos a normas, regras e parâmetros definidos neste plano escalar. Seus caracteres distintivos definem, em determinado recorte espacial, estruturas e ambiências que moldarão e mediarão ações e decisões de sujeitos politicamente constituídos. Fatores atinentes aos arranjos sociais, políticos e culturais imprimirão algum grau de unicidade de propósitos a esse recorte. Alguma comunhão de destino compartilhada em relação ao futuro é necessária ao delineamento e circunscrição de determinada escala.

Considero que o esforço do debate coletivo da temática das articulações entre desenvolvimento e território deveria aprofundar o balanço de quais são as reais rupturas e persistências (produtivas, sociais, institucionais, políticas, etc) do capitalismo atual e seus impactos espaciais-territoriais mais marcantes, a fim de refinar seu arcabouço teórico-

metodológico sobre decisões e poder de comando dos sujeitos inseridos em processos socioespaciais. Há alternativas de intervenção contemporâneas que não caiam em reificação do território? Será possível e viável politicamente tomar o território como produto de relações sociais a fim de construir políticas públicas e ações emancipatórias e de construção de cidadania? É possível definir planos escalares distintos que orientem reflexões sobre estratégias de desenvolvimento multi-escalares?

Construir estratégias territorializadas de desenvolvimento passa por definir a escala conveniente, apreendendo o plano analítico de observação correto dos fenômenos sobre os quais se deseja intervir. Explicitar os conflitos de interesse em cada escala e construir coletivamente alternativas políticas. Tomar o território enquanto potência vigorosa de transformação. Discutir centros de decisão e seus mecanismos de legitimação. Assumir a conflitualidade, a dinâmica de ação das facções das classes sociais, analisar os sujeitos portadores de decisão transformadora. Analisar hegemonias, poderes e hierarquias, construindo e hierarquizando mediações diversas (espaciais, sociais, políticas, monetárias, financeiras, macroeconômicas, microeconômicas, inter-estatais, geoeconômicas e geopolíticas).

Assim, defendo o aprofundamento do debate sobre escala que busque dialogar com uma teorização sobre Decisões e poder de comando dos processos sob análise: pensar a dinâmica de atores, agentes e sujeitos concretos, classes sociais e suas frações; as hierarquias de poder de comando, as ações e cadeias de reações das decisões tomadas (por variados agentes e sujeitos sociais que operam em variadas escalas espaciais).

Atualmente, em um ambiente sociopolítico fragmentador, assistimos, muitas vezes, ao predomínio de interpretações uniescalares e monofórmicas (como se existisse uma via única ou um modelo canônico de capitalismo a seguir). Entretanto a literatura crítica tem avançado na demonstração da variedade de trajetórias alternativas de desenvolvimento possíveis e nas suas múltiplas escalas espaciais passíveis de construção e observação.

Acredito que há um consenso endogenista que dificulta o debate sobre a natureza do processo de desenvolvimento e suas escalas. Neil Smith (2002, p. 141) lucidamente coloca assim a questão: “a interpretação localista se realiza simplesmente mediante a afirmação do privilégio d’ ‘o local’, ao invés de efetuar sua relacionalidade com outras escalas espaciais”.

A reflexão crítica sobre as escalas espaciais deve estar no centro deste debate. A discussão sobre escalas pode engendrar um importante dissenso na quadra histórica conservadora que vivemos. Pode melhor definir o campo de tomada de decisões e as arenas em que as ações cidadãs emancipatórias e de enfrentamento do pacto de dominação podem ser promovidos.

Nessa tarefa, é decisivo ter clareza de que “os embates políticos e ideológicos mobilizam e acionam, instauram e rompem escalas, num processo em que narrativas escalares estruturam e fundamentam estratégias e táticas, configurando arenas e objetos em disputa. Não apenas as escalas se transfiguram, como seu próprio significado e nomeação indicam redefinições de sujeitos e relações” (...) “Localismos, nacionalismos, regionalismos, globalismos, todos esses modelos e projetos devem ser incessantemente interpelados. Afinal de contas, o poder, mais do que nunca (...) está na capacidade de articular escalas, de analisar e intervir de modo transescalar” (VAINER, 2006, p. 28).

As lutas emancipatórias devem ser multiescalares. A ação pública consequente deve ser multiescalar. Deve apor e vencer resistências do atraso estrutural e anticidadão, ativar e mobilizar instrumentos, normas e convenções que se localizam em variados âmbitos, níveis de ação e instâncias. Deve hierarquizar opções, dar organicidade a ações dispersas e orientar decisões ao longo de uma trajetória temporal mais larga.

Por fim, cabe lembrar que qualquer tentativa de elaborar e avançar em uma teorização sobre Decisões, de sujeitos políticos, em múltiplas escalas, requer:

Depurar e discriminar e hierarquizar os fatores endógenos e exógenos determinantes, condicionantes ou coadjuvantes dos processos sociais, econômicos, políticos etc e construir as mediações históricas, teóricas (e por que não dizer institucionais, territoriais, políticas etc) devidas e pertinentes.

O alcance de um adequado “diagnóstico tensionador / transformativo” só será exitoso se empreender incansavelmente investigações e estudos que, em aproximações sucessivas, lograssem, nas mais variadas escalas:

- 1) Dimensionar o poder privado, seus interesses, suas decisões cruciais, sua capacidade transformativa ou não, de promover mudanças nas relações gerenciais, tecnoprodutivas, trabalhistas etc; investigar a teia de relações da intersetorialidade econômica existente em cada espaço ou escala;

- 2) Dimensionar o poder do poder público, sua capacidade de coordenação estratégica, organicidade de ações, capacidade de sancionar decisões estruturantes através de arranjos institucionais e padrões de financiamentos adequados etc;
- 3) Dimensionar a capacidade das frações de classe compartilharem valores coletivos. Verificar se existe correlação de forças e substância política adequada para um comprometimento legitimado com um projeto de maior competitividade sistêmica, justiça social e ambiental e de avanço das opções estratégicas.
- 4) Dimensionar a capacidade das facções subalternas empreenderem lutas contra-hegemônicas: reivindicatórias, de resistência, avaliando recorrentemente sua força contestatória, organizativa, insurgente e emancipatória.

Em suma, muito caminho ainda terá que ser percorrido, teórica e politicamente, a fim de se avançar em concepções mais interdisciplinares e politizadas, que articulem desenvolvimento, território e escalas espaciais.

Bibliografia

- AKB (2008). Dossiê da crise. Associação Keynesiana Brasileira. Porto Alegre, UFRGS. (www.ppge.ufrgs.br/akb).
- AMIN, Ash. Regions unbound: towards a new politics of place. *Geografiska Annaler: Series B, Human Geography*, 2004, vol. 86, n. 1, p. 33-44.
- AMIN, Ash. Spatialities of globalization. *Environment and Planning A*, 2002, vol. 34, p.251-71.
- ARRIGHI, Giovanni. Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2008.
- BENKO, Georges et LIPIETZ, Alain (dir.). La richesse des régions: la nouvelle géographie socio-économique. Paris: PUF, 2000.
- BIS. Annual Report 2009. Basle: Bank for International Settlements, June 2009.
- BRAGA, José Carlos S. e MAZZUCHELLI, Frederico. Notas introdutórias ao capitalismo monopolista. *Revista de Economia Política*, 1981, vol. 1, n.2, p. 57-65, abr.-jun. (www.rep.org.br).
- BRANDÃO, Carlos. Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- BRENNER, Neil. The limits to scale?: methodological reflection on scalar structuration. *Progress in Human Geography*, 2001, vol. 25, n.4, p. 591-614.
- CHESNAIS, François (org.). A mundialização financeira: gênese, custos e riscos. São Paulo: Xamã, 2004.

- CHESSNAIS, François (org.). A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, conseqüências. São Paulo: Boitempo, 2006.
- COX, Kevin and MAIR, Andrew. Levels of abstraction in locality studies. *Antipode*, 1987, vol 21, n. 2, p. 121-132.
- COX, Kevin. Spaces of dependence, spaces of engagement and the politics of scale, or looking for local politics. *Political Geography*, 1998, vol. 17, n.1, p. 1-23.
- FIORI, José Luis. O poder global e a nova geopolítica das nações. São Paulo: Boitempo, 2007.
- FIORI, José Luis; MEDEIROS, Carlos e SERRANO, Franklin. O mito do colapso do poder americano. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- GONZÁLEZ, Sara C. La geografía escalar del capitalismo actual. *Geo Crítica / Scripta Nova*. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 15 de mayo de 2005, vol. IX, núm. 189. <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-189.htm>> [ISSN: 1138-9788]. [consulta 3 de diciembre de 2007].
- HARVEY, David. O neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.
- HARVEY, David. Espaços da esperança. São Paulo: Loyola, 2000.
- HARVEY, David. Limits to capital. Oxford: Basil Blackwell, 1982.
- HEROD, Andrew and WRIGHT, M (eds.). *Geographies of power: placing scale*. Oxford: Blackwell, 2002.
- JONAS, Andrew E.G. The neoliberal city: governance, ideology, and development in american urbanism. *Economic Geography*, 2008, vol. 84, n.1, p.121.
- JONES, Katherine T. Scale as epistemology. *Political geography*, 1998, vol. 17, n.1, p. 25-28.
- LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. Paris: Maspero, 1974.
- LIMA, Marcos C. (Org.) *Dinâmica do capitalismo pós-Guerra Fria*. São Paulo: Editora Unesp, 2008.
- MARSTON, Sallie A. et al. Human geography without scale. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 2005, New Serie, vol. 30, n.3, p. 416-432.
- MARSTON, Sallie A. The social construction of scale. *Progress in Human Geography*, vol. 24, n.2, 2000, p. 219-242.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- MASSEY, Doreen. *Spatial divisions of labor: social structures and the geography of production*. New York: Routledge, 1984.
- MOORE, Adam. Rethinking scale as a geographical category: from analysis to practice. *Progress in Human Geography*, vol.32, n.2, 2008, p. 203-225.
- PAASI, Anssi. Place and region: looking through the prism of scale. *Progress in Human Geography*, 2004, vol. 28, n.4, p. 536-546.
- PALLEY, Thomas I. Financialization: what it is and why it matters, Working Paper n. 525. The Levy Economics Institute, December 2007. (<http://www.levy.org>).

- PAULANI, Leda M. (2008). *Brasil delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico*. São Paulo: Boitempo.
- PECK, Jamie and THEODORE, Nik. Variegated capitalism. *Progress in Human Geography*, 2007, vol.31, n.6, p.731-772.
- PECK, Jamie. Remaking laissez-faire. *Progress in Human Geography*, 2008, vol. 32, n.1, p.3-43.
- PERKMANN, Markus. Construction of new territorial scales: a framework and case study of the Euroregio cross-border region. *Regional Studies*, 2007, vol.41, p.1-15.
- REICH, Robert B. *Supercapitalismo: como o capitalismo tem transformado os negócios, a democracia e o cotidiano*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2008.
- REIS, José. *Uma epistemologia do território*. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 2005. (<http://www.ces.uc.pt/jr/publics.htm>) [consulta em 3 maio de 2006].
- RIBEIRO, Ana Clara Torres et al. Por uma cartografia da ação: pequeno ensaio de método. *Cadernos IPPUR*, 2002, ano XVI, n.1, pp.33-52.
- ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*. São Paulo: Contraponto, 2001.
- SANTOS, Boaventura S. Uma cartografia simbólica das representações sociais: prolegômenos a uma concepção pós-moderna do direito. *Espaço e Debates*, 1991, vol. 33, n. XI.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalism, socialism and democracy*. Londres, Allen & Unwin, 1943.
- SCOTT, Allen J. Economic geography: the great half-century. *Cambridge Journal of Economics*, 2000, vol.24, n.4, p. 483-504.
- SEP (2008). *Sociedade Brasileira de Economia Política. Primeiro dossiê de textos marxistas sobre a crise mundial*. Grupo de Pesquisa Políticas para o Desenvolvimento Humano do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política. São Paulo. (www.sep.org.br).
- SHEPPARD, Erik and McMASTER, R. B. (eds.). *Scale and geographic inquiry*. Oxford: Blackwell, 2004.
- SMITH, Neil. *Geografía, diferencia y las políticas de escala*. Terra Livre, 2002, São Paulo, Ano 18, n. 19, p. 127-146.
- SMITH, Neil. *Uneven development*. Oxford: Blackwell, 1984.
- SWYNGEDOUW, E. "Neither global nor local. "glocalization" and the politics of scale" en COX, K. (ed.) *Spaces of globalization: reasserting the power of the local*. New York/London: Guilford Press/Longman, 1997, p. 137-166.
- SWYNGEDOUW, Erik. Globalisation or 'Glocalisation'? Networks, Territories and Re-Scaling. *Cambridge Review of International Affairs*, 2004, vol. 17, n.1, p. 25-48.

- SWYNGEDOUW, Erik. Technonatural revolutions: the scalar politics of Franco's hydro-social dream for Spain, 1939–1975. Transactions of the Institute of British Geographers, 2007, New Series, vol. 32, n.1, p. 9–28.
- TAYLOR, Peter J. A materialist framework for political geography. Transactions Institute of British Geographers, 1982, New Series, vol.7, p. 15-34.
- VAINER, Carlos B. Lugar, região, nação, mundo: explorações históricas do debate acerca das escalas de ação política. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, 2006, vol. 8, n. 2, p. 9-29. (www.anpur.org.br).
- VOLVEY, Anne (dir.). Échelles et temporalities. Neuilly, Éditions Atlande, 2005.
- ZAKARIA, Fareed. O mundo pós-americano. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.